

Acórdão n.º 9.080/2014/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 16.135.2012-80-TCE (C/ 01 Anexo)
ASSUNTO: Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Sena Madureira, exercício 2011
RESPONSÁVEIS: Senhores **Manoel Augusto da Costa** e **Nilson Roberto Areal de Almeida**
RELATORA: Conselheira **Dulcinéia Benício de Araújo**

Prestação de Contas. Prefeitura. Corrigir as incorreções no balanço patrimonial. Notificação. Ausência de documentos elencados na Resolução nº 62/2008. Ausência da declaração de Habilitação Profissional da responsável pelos demonstrativos contábeis. Déficit orçamentário. Inconsistências no Balanço Patrimonial. Ressalvas. Multa. Instauração de Tomada de Contas.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora: **1) notificar o atual Gestor** para que corrija as incorreções apontadas no balanço patrimonial e, ainda, **cientificar os responsáveis** das ressalvas a seguir destacadas: **a)** não encaminhamento dos documentos elencados nos itens VI, VIII, IX, XII, XIV e XVIII, do Anexo IV da Resolução nº 62/2008; **b)** não apresentação da declaração de Habilitação Profissional-DHP da responsável pela elaboração dos demonstrativos contábeis; **c)** déficit orçamentário; **d)** inconsistências no Balanço Patrimonial; **2)** fixar **multa**, prevista no artigo 89, inciso II, da LCE nº 38/93 combinado com o artigo 139, inciso II, da Resolução-TCE nº 30/96, ao Senhor **Nilson Roberto Areal de Almeida**, no valor equivalente a **R\$ 7.140,00** (sete mil, cento e quarenta reais), em razão das irregularidades e ressalvas descritas nas alíneas “a” e “b”, respectivamente, considerando o efeito pedagógico, bem como os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a ser recolhida em favor do Tesouro do Estado do Acre, no **prazo de 30 (trinta) dias**. Na hipótese de descumprimento, deverá ser procedida sua cobrança pela via judicial, nos termos dos artigos 23, inciso III e 63, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/93; **3)** fixar **multa**, prevista no artigo 89, inciso II, da LCE nº 38/93 combinado com o artigo 139, inciso II, da Resolução-TCE nº 30/96, ao Senhor **Manoel Augusto da Costa**, no valor equivalente a **R\$ 1.785,00** (um mil, setecentos e oitenta e cinco reais), em razão da realização de despesa no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), em inobservância à Lei nº 8.666/93, considerando o efeito pedagógico, bem como os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a ser recolhida em favor do Tesouro do Estado do Acre, no **prazo de 30 (trinta) dias**. Na hipótese de descumprimento, deverá ser procedida sua cobrança pela via judicial, nos termos dos artigos 23, inciso III e 63, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/93; **4) instaurar Tomada de Contas Especial**, com fundamento no artigo 44, § 1º, da LCE nº 38/93, para apurar se os pagamentos realizados a título de subsídio aos agentes políticos estão em conformidade com o previsto no artigo 39, § 4º, da Constituição Federal; e **5)** observado o trânsito em julgado da decisão, **encaminhar**

(Acórdão n.º 9.080/2014/Plenário-TCE/AC – Fl. 02 de 02)

cópia da Prestação de Contas à Câmara Municipal de Sena Madureira, para julgamento, consoante prevê o artigo 23, §§ 1º e 2º, da Constituição Estadual, bem como **remeter cópia da decisão ao Ministério Público Estadual**. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco – Acre, 13 de novembro de 2014

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**
Presidente do TCE/AC

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Fui presente:

ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA
Procuradora-Chefe do MPE/TCE/AC